

Estado e empresariado rural no novo desenvolvimentismo argentino: trajetória histórica, interesses e o conflito em torno das retenções

Roberta Rodrigues Marques da Silva²⁷

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a articulação das entidades representativas do empresariado rural contra a cobrança das retenções móveis durante o governo Cristina Fernández de Kirchner, a fim de identificar a formação de uma coalizão de oposição à estratégia neodesenvolvimentista adotada, com particular atenção à distribuição dos custos da elevação da capacidade tributária. Argumentamos que um conjunto de fatores permitiu a emergência de uma coalizão opositora liderada pelo empresariado rural. Modificações observadas ao longo da trajetória histórica, no plano da definição dos interesses – transformações na estrutura fundiária, que permitiram aproximação entre os interesses do empresariado rural – e do relacionamento Estado/empresariado rural no marco da política setorial – a substituição da coordenação pelo Estado, mesmo durante o longo período de instabilidade institucional, pela coordenação via mercado, no período neoliberal – ajudam a explicar as razões por trás do conflito entre o empresariado rural e o governo, expresso não somente no rechaço à cobrança das retenções móveis, mas também na rejeição do próprio modelo neodesenvolvimentista (por parte da SRA e CRA) e à ausência de esforços para reconstrução das capacidades estatais na definição de uma política agropecuária capaz de reverter o legado negativo deixado pelo período predecessor (dirigidas pela FAA e CONINAGRO).

Palavras-chave: Argentina; retenções; trajetória histórica; empresariado rural

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar la articulación de las organizaciones representativas de los empresarios rurales contra el cobro de retenciones móviles en el gobierno Cristina Fernández de Kirchner, con el fin de identificar la construcción de una coalición de la oposición a la estrategia neodesenvolvimentista adoptada y, especialmente, la distribución de los costos asociados al incremento de la capacidad tributaria. Sostenemos que una serie de factores condujo a la aparición de una coalición de la oposición liderada por los empresarios rurales. Los cambios observados a lo largo de la trayectoria histórica, en los ámbitos de la definición de los intereses – como los cambios en la estructura de la tierra, lo que permitió el acercamiento entre los intereses de los empresarios rurales – y del relacionamiento

²⁷ Professora Adjunta do Departamento de Relações Internacionais da UERJ e da Faculdade IBMEC. Doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ (egressa do antigo Iuperj), Mestre em Relações Internacionais pela UFF e Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas. Contato: roberta.rms@gmail.com

Estado/empresarios rurales en el marco de la política sectorial – la sustitución de la coordinación por el Estado, incluso durante el largo período de inestabilidad institucional, por la coordinación a través del mercado, en el periodo neoliberal – ayudan a explicar las razones detrás del conflicto entre los empresarios rurales y el gobierno, expresado no sólo en el rechazo de la carga de las retenciones móviles, sino también en el rechazo de SRA e CRA al modelo de neodesenvolvimentista y en las críticas de FAA e Coninagro respecto la ausencia de esfuerzos para la reconstrucción de las capacidades estatales en el ámbito de la política agrícola, que pudiera revertir el legado negativo dejado por el período anterior.

Palabras clave: Argentina; retenciones; trayectoria histórica; empresarios rurales

Abstract

This article aims at analyzing the articulation of rural business representative associations against the *retenciones móviles* collection during Cristina Fernández de Kirchner government, in order to identify the construction of an opposing coalition against the new developmentalist strategy, with particular attention to the distributive costs associated to the rise of tax collection. We argue that a range of factors allowed the emergence of an opposition coalition led by rural business. Changes observed throughout the historical trajectory, in terms of the definition of interests – transformations in land tenure, which allowed rapprochement between rural business' interests – and in the relationship state/rural business in terms of sectorial policy – replacement of the coordination by the state, in place even during the historical period of long institutional instability, for the market coordination during the neoliberal period – help to explain the reasons behind the conflict between rural business associations and the government, which was expressed not only in the repulse of the *retenciones móviles* collection, but also in the rejection of the adopted new developmentalist model itself (by SRA and CRA) and the criticism to absence of efforts to reclaim state capacities in the definition of an agricultural policy able to reverse the negative legacy left by the previous period (addressed mainly by FAA, but also by CONINAGRO).

Key-words: Argentina; export taxes; historical trajectory; rural business

INTRODUÇÃO

Em 2008, a Argentina assistiu ao enfrentamento entre as principais entidades representativas do empresariado rural e o governo Cristina Fernández de Kirchner. Em março daquele ano, o governo havia determinado um novo método para o cálculo da cobrança do tributo sobre as exportações das principais *commodities* agrícolas produzidas no país – conhecido como “retenções” –, cujas alíquotas passaram a ser vinculadas à variação dos preços internacionais.

A cobrança das retenções é considerada central para a sustentação da estratégia neodesenvolvimentista adotada na Argentina desde a grave crise financeira de 2001, ocorrida no bojo do fracasso das políticas neoliberais que haviam prevalecido na década de 90. O Novo Desenvolvimentismo é uma estratégia voltada para a promoção do crescimento econômico e para a inclusão social, ao mesmo tempo em que são reduzidas vulnerabilidades a choques exógenos (Boschi & Gaitán, 2008; Grottole, 2010).

Segundo Bresser-Pereira (2010) e Sicsú et al. (2007), o Novo Desenvolvimentismo é a estratégia adequada aos países que já possuem indústrias maduras, que buscam elevar sua competitividade no contexto da globalização, bem como reduzir as assimetrias sociais. O Estado assume, nesse contexto, um papel subsidiário na promoção das atividades produtivas, incentivando os investimentos privados, no contexto da estabilidade macroeconômica. Nesse sentido, distingue-se do “velho” Nacional Desenvolvimentismo por prescindir da atuação direta do Estado na promoção da poupança forçada e do investimento produtivo. Ademais, é conferida ênfase inédita às políticas voltadas para a redistribuição da renda. Bresser-Pereira (2010), em particular, salienta a necessidade de neutralização do problema da doença holandesa, comum a muitos países em desenvolvimento, para permitir a diversificação produtiva²⁸. Além do câmbio competitivo, faz-se necessária a introdução de um tributo sobre a exportação da *commodity* que ocasiona a doença holandesa, cuja tarifa deve corresponder à diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial e a taxa de câmbio de equilíbrio corrente.

A construção do Novo Desenvolvimentismo na Argentina, naturalmente, não decorre da simples transcrição das ideias econômicas para a prática política. A literatura tem expressado as divergências em torno da interpretação das experiências concretas à luz do debate acadêmico em torno do Novo Desenvolvimentismo²⁹. Em uma vertente analítica localizada no campo da Ciência Política, sustentamos que é necessário discutir o Novo Desenvolvimentismo no marco do processo de construção de coalizões de sustentação e de oposição à nova estratégia, considerando os esforços para o

²⁸ A doença holandesa é caracterizada pela existência de determinados recursos naturais abundantes e/ou mão de obra barata. Essa abundância leva à ocorrência de rendas ricardianas - Isto é, os custos associados à produção desse bem são baixos em comparação ao mercado internacional -, que levam à sobreapreciação do câmbio, dado o afluxo de capitais. Nessas condições, os demais setores que produzem bens comercializáveis se tornam inviáveis, “mesmo que estes usem tecnologia no estado da arte mundial” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.62).

²⁹ Por um lado, Cunha et al. (2007) sustentam que a centralidade da agroexportação, não só do ponto de vista econômico, como também do ponto de vista político, dificulta a construção de um consenso em torno do Novo Desenvolvimentismo. Féliz (2010) e Schorr (2012) destacam a ausência de uma mudança estrutural em favor da industrialização, condição indispensável para se falar em “desenvolvimentismo”. Grottola (2010), por outro lado, sustenta que os governos Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner buscaram retomar as capacidades estatais – enfraquecidas durante o período neoliberal – para a retomada do crescimento econômico, assentada no câmbio competitivo, no equilíbrio fiscal (pelo menos na etapa inicial), na promoção do investimento pelo Estado (em complementariedade aos investimentos privados) e na adoção de programas sociais, voltados para a transferência de renda (Programa *Jefes y Jefas de Hogares* e programa *Asignación Universal por Hijo*).

fortalecimento das capacidades estatais necessárias ao fomento da atividade produtiva, no marco das restrições impostas pelas trajetórias institucionais progressivas.

O Novo Desenvolvimentismo em construção na Argentina busca reverter o legado negativo deixado pelo neoliberalismo – privatizações, desregulamentação financeira e abertura comercial, aliados ao estabelecimento de um regime cambial fixo, que mantinha a paridade 1:1 entre o peso e o dólar –, que resultou no aumento do endividamento e da vulnerabilidade à fuga de capitais, em um profundo processo de desindustrialização e na consequente elevação dos níveis de desemprego e pobreza (Balestro, 2012).

A crise financeira foi superada a partir da introdução de um regime de câmbio competitivo no início do governo Duhalde, em 2002. Também conhecido como “dólar alto”, este regime mantinha o câmbio desvalorizado (em torno de três pesos para um dólar), estimulando a produção industrial doméstica e as exportações, favorecidas também pelos elevados preços das *commodities* no mercado internacional. Logo após o estabelecimento do novo regime cambial, o governo Duhalde estabeleceu a cobrança das retenções, tributos sobre as exportações de *commodities*³⁰ que tinham como objetivo capturar para o Tesouro parte da renda auferida pelo setor agrícola, tido como o maior beneficiado pela política cambial³¹.

A cobrança das retenções contribuiu para a expansão da arrecadação tributária, considerada essencial para a manutenção de superávits fiscais e para o financiamento de políticas sociais. O aumento da arrecadação também permitiu a manutenção de subsídios que permitiam o congelamento de algumas tarifas (como de eletricidade), que favoreciam o setor produtivo. Nessa seara, porém, prevaleceu a ambivalência da atuação dos governos neodesenvolvimentistas que concederam subsídios e mantiveram o

³⁰ A aplicação de tributos sobre as exportações de *commodities* é um instrumento recorrente ao longo da história argentina. Governos autoritários – Lonardi, Onganía, Levington, Lanusse, Galtieri – e governos democráticos – Frondizi, Illia e Alfonsín – recorreram, por diferentes motivos, à cobrança das retenções às exportações agropecuárias (Rapoport, 2008).

³¹ No caso da retomada da produção industrial, o câmbio competitivo era considerado condição indispensável à sua viabilidade, no contexto de uma longa trajetória de desindustrialização, que havia tido início ainda durante o período do Regime Militar, na década de 70, quando tiveram início as políticas neoliberais na Argentina, acentuando-se ao longo da década de 90. A renda auferida pelo setor agrícola, por sua vez, foi considerada extraordinária pelo governo, pois decorrente do regime cambial.

câmbio favorável à proteção da indústria frente à concorrência estrangeira, mas não atuaram ativamente no planejamento de políticas industriais.

As alíquotas sofreram diversas alterações durante os governos Duhalde e Néstor Kirchner, levantando críticas pontuais por parte do empresariado rural e suas entidades representativas. Somente em 2008, contudo, quando o recém-empossado governo Fernández de Kirchner estabeleceu o mecanismo conhecido como “retenções móveis”³², houve uma articulação contundente do empresariado rural contra a medida.

Nos dias que se seguiram à publicação do decreto ministerial que instituiu as retenções móveis, houve um movimento inesperado de articulação das quatro principais entidades representativas do setor agrícola argentino contra a medida. A *Sociedad Rural Argentina* (SRA), as *Confederaciones Agrarias Argentinas* (CRA), a *Confederación Intercooperativa Agropecuaria* (CONINAGRO) e a *Federación Agraria Argentina* (FAA), entidades que historicamente disputavam entre si a reivindicação pela representação dos interesses agrários, superaram, ainda que momentaneamente, os problemas de ação coletiva e organizaram manifestações e locautes contra a cobrança das retenções móveis. Essa articulação é particularmente surpreendente tendo-se em vista as discrepâncias entre as bases representadas pela SRA (grandes empresários rurais) e a FAA (pequenos e médios produtores). O movimento também adquiriu proporções inesperadas à luz da sua trajetória histórica marcada por certa debilidade na defesa dos interesses dos ruralistas (Rapoport, 2008).

No presente artigo, buscamos analisar a articulação das entidades representativas do empresariado rural contra a cobrança das retenções móveis, a fim de identificar a formatação de uma coalizão de oposição à estratégia neodesenvolvimentista adotada pelo governo Cristina Fernández de Kirchner, com particular atenção ao que diz respeito à distribuição dos custos da elevação da capacidade tributária³³.

³² Mecanismo que definia a mobilidade das alíquotas dos direitos de exportação, que variariam conforme as mudanças nos preços internacionais das *commodities*.

³³ Não nos ocupamos, porém, das estratégias dos governos neodesenvolvimentistas argentinos para o aumento da arrecadação tributária – seja através da arrecadação de impostos “tradicionais”, como o imposto sobre o valor agregado, seja mediante a coleta de “novos” tributos, como as retenções às exportações – mas do processo de articulação da coalizão composta pelo empresariado rural, que ofereceu resistência ao aumento da carga impositiva sobre o setor agroexportador.

Seguindo o marco analítico proposto por Boschi, buscamos compreender a articulação das entidades representativas do empresariado rural argentino no marco da definição dos interesses, ideias e instituições, que “têm tempos distintos e se entrelaçam de maneiras também diferenciadas.” (Boschi, 2008, p.04). A identificação dos interesses do empresariado rural – que se tornaram convergentes com o passar do tempo – será efetuada a partir da análise das transformações do perfil dos produtores no longo prazo. Também no marco da trajetória histórica, pretendemos identificar como as ideias favoráveis ao (neo)liberalismo se cristalizaram ao longo do tempo entre os diferentes grupos do setor empresarial rural. Finalmente, buscamos identificar as mudanças na mediação institucional das relações Estado/empresariado rural no que tange à definição de políticas agrícolas, com particular ênfase nas transformações observadas desde o período neoliberal, na década de 90.

Argumentamos que coalizões desenvolvimentistas buscam efetuar mudanças institucionais que permitam o aumento das capacidades estatais orientadas para a diversificação produtiva e a inclusão social. No caso do neodesenvolvimentismo argentino, a busca pelo aumento da capacidade tributária – condição necessária ao aumento dos gastos e dos investimentos públicos essenciais à viabilidade dos objetivos da agenda neodesenvolvimentista – enfrentou a firme oposição de uma coalizão composta por atores com poder de veto – o empresariado rural –, que encontrou aliados entre governadores provinciais e parlamentares descontentes com o processo de centralização fiscal promovido pelo governo Fernández de Kirchner³⁴. Essa coalizão contou ainda com o apoio circunstancial da opinião pública, expresso na presença popular em manifestações organizadas pelo empresariado rural em grandes centros urbanos e em protestos nas áreas rurais.

Para procedermos à análise do processo de articulação do empresariado rural argentino no marco da formação de uma coalizão de oposição ao Novo Desenvolvimentismo, o artigo se organiza da seguinte forma: na próxima seção, faremos uma breve revisão da literatura sobre Estado e desenvolvimento, a fim de subsidiar a análise da conformação de uma coalizão de sustentação ao Novo

³⁴ Na Argentina, há forte influência dos líderes regionais na definição das carreiras dos congressistas no nível nacional (Jones et al., 2002), o que afeta também os interesses defendidos por estes no Parlamento.

Desenvolvimentismo na Argentina. Na sequência, voltamo-nos para a análise da trajetória histórica, buscando identificar o inter-relacionamento entre interesses, ideias e instituições ao longo do tempo: primeiramente, nos dedicaremos à análise das transformações do setor rural argentino no último século, *vis-à-vis* as mudanças nas relações Estado/empresariado agrário ao longo da trajetória histórica, a fim de compreendermos o processo de formação dos interesses defendidos pelos atores em tela. Na segunda parte, focalizaremos as transformações ocorridas no contexto das reformas neoliberais na década de 90, discutindo seus impactos sobre a organização da ação coletiva do empresariado rural. Na terceira parte, analisaremos o conflito distributivo por trás da cobrança das retenções no contexto da emergência de uma estratégia neodesenvolvimentista e da redefinição das relações Estado/empresariado rural. Focalizaremos as divergências entre as entidades empresariais rurais e o governo em torno da cobrança deste tributo, com particular ênfase para o episódio de escalada do conflito após a definição das retenções móveis. Na quarta parte, comentaremos as estratégias adotadas pelo governo Fernández de Kirchner para desarticular a coalizão opositora. Na conclusão do artigo, apresentaremos nossa análise sobre o processo de articulação e desarticulação da coalizão de oposição à cobrança das retenções móveis.

CAPACIDADES ESTATAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

A retomada de estratégias desenvolvimentistas esteve no cerne da agenda de diferentes países latino-americanos após as crises desencadeadas pelas políticas neoliberais prevalecentes nas décadas de 80 e 90, que visavam reduzir o papel do Estado na economia e na articulação de políticas setoriais, consideradas arenas que privilegiavam atores em busca do *rent seeking* (Boschi & Gaitán, 2015).

O processo de reformas neoliberais, certamente, não pode ser entendido a despeito da atuação do Estado, uma vez que este foi o responsável por conduzir as mudanças promovidas no período, ainda que com maior ou menor grau de efetividade. Nesse sentido, mesmo no período em que se privilegiou uma orientação pró-mercado, a coordenação do capitalismo latino-americano permaneceu centrado na figura do Estado (Boschi, 2011), ainda que atravessado por um processo de retração das suas capacidades. No caso argentino, o processo de reformas neoliberais foi profundo e

pouco regulamentado, uma vez que o país dispunha de limitadas capacidades estatais, fruto do legado histórico de instabilidade institucional, que viabilizassem o estabelecimento de uma nova modalidade de regulação (Balestro, 2012; Boschi & Gaitán, 2015).

A trajetória pregressa informa as possibilidades e os limites para a retomada de estratégias desenvolvimentistas, aí incluídas as perspectivas alinhadas com o Novo Desenvolvimentismo. Nesse contexto, o fortalecimento das capacidades estatais é fundamental para o cumprimento de uma agenda estabelecida pelas coalizões desenvolvimentistas, permitindo uma bem-sucedida implementação de políticas voltadas para a diversificação produtiva e para a redistribuição da renda.

Conforme destaca Souza:

capacidade estatal é um conceito abrangente (...), [que] incorpora variáveis políticas, institucionais, administrativas e técnicas. De forma simplificada, pode-se definir capacidade estatal como o conjunto de instrumentos e instituições de que dispõe o Estado para estabelecer objetivos, transformá-los em políticas e implementá-las. Em outras palavras, na feliz síntese de Peter Evans (1992), trata-se da capacidade *de ação* do Estado. (Souza, 2015, p.08).

Capacidades estatais dizem respeito ao estabelecimento de burocracias profissionais e autônomas, capazes de implementar e coordenar políticas públicas. De forma complementar, Boschi e Gaitán salientam as capacidades estatais também abarcam “do ponto de vista dos conteúdos, certas áreas de políticas geralmente apontadas como centrais na competição estratégica internacional.” (Boschi & Gaitán, 2015, p.20).

Boschi destaca ainda que a noção de capacidade estatal está associada à habilidade para forjar consensos e conformar coalizões – incluindo a interlocução com atores estratégicos do setor privado – em torno de uma estratégia de desenvolvimento. Cumpre salientar que, nesse particular, estão incluídos aspectos políticos como a “representação dos interesses difusos e menos organizados, além dos poderosos e mais organizados”, bem como o “poder impor perdas a grupos poderosos” (Boschi, 2012).

Uma estratégia desenvolvimentista requer capacidades estatais para a implementação de políticas que promovam a diversificação produtiva, tendo como foco o *upgrading* industrial, entendido por Brisola e Balestro como:

a resposta técnico-produtiva da indústria, tanto quantitativa, como qualitativamente, em busca de um maior valor de produção. Tal interpretação

coincide com o conceito dado por Anochea (2009), em que o *upgrading* industrial se traduz como um esforço sustentado em que os atores econômicos (nações, firmas e trabalhadores) se deslocam de atividades de baixo valor agregado para atividades de mais alto valor agregado nas cadeias e redes de produção global. (Brisola & Balestro, 2015, p.168).

A construção do Estado desenvolvimentista envolve um processo de aprendizado, na busca por se tornar um “aprimorador de capacidade”. No entanto, inexistente “um modelo fixo universal para se construir o estado desenvolvimentista” (Evans, 2012, p.37). O desenvolvimento é um processo político por excelência, pois gera impactos distributivos importantes que devem ser compreendidos no contexto das trajetórias históricas particulares (Diniz, 2013).

O Estado se configura enquanto ator-chave para o sucesso de estratégias desenvolvimentistas. No marco do Novo Desenvolvimentismo, buscam-se resgatar as capacidades estatais necessárias à dinâmica do desenvolvimento, incorporando as dimensões produtiva e distributiva. O Estado, porém, é caracterizado como uma arena onde o conflito distributivo se expressa, a partir da articulação dos interesses dos diferentes atores interessados (do capital ou do trabalho). Nesse sentido, a identificação da inclusão de interesses (ou sua exclusão) na coalizão de apoio ao neodesenvolvimentismo se torna chave central para se avaliar o sucesso do cumprimento dos objetivos estabelecidos (Boschi & Gaitán, 2015).

No caso argentino, o “retorno do Estado” no marco do Novo Desenvolvimentismo é um processo permeado por contradições. Por um lado, os próprios governos Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner foram responsáveis pela retração das capacidades de aferição da inflação, a partir da intervenção no Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC), e perda de confiança nos índices oficiais de inflação, que passaram a discrepar bastante da aferição de preços feitas por institutos privados. Por outro lado, estes governos adotaram, efetivamente, medidas que levaram ao aumento da capacidade de taxaço – que passou de um nível em torno de 20% do PIB, no imediato pós-crise de 2001, para mais de 34%

do PIB, em 2013. Esse aumento é explicado, em parte, pela cobrança de tributos sobre as exportações de *commodities*³⁵ (Silva, 2015).

No Novo Desenvolvimentismo se coloca em questão, pois, a possibilidade de o governo argentino ampliar sua capacidade tributária, impondo perdas ao poderoso grupo composto pelo empresariado rural. Em reação, este grupo se articulou na defesa dos seus interesses, fazendo valer seu poder de veto sobre o sistema político argentino. Cumpre salientar que, mesmo durante o período nacional-desenvolvimentista na Argentina, não se estabeleceu um consenso sólido entre os atores do empresariado privado em torno da estratégia de industrialização, que era objeto de frequente contestação por parte das elites rurais (Balestro, 2012). A oposição ruralista voltou a se articular, décadas após o governo Juan Domingo Perón (1946-1955)³⁶, quando da ascensão de governos neodesenvolvimentistas. Nas próximas seções, nos ocupamos da análise dos processos de longo prazo e conjunturais que culminaram nesta articulação.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E AS TRANSFORMAÇÕES DO SETOR AGROPECUÁRIO ARGENTINO

Nas primeiras décadas do século XX, a exportação de cereais e de carne bovina consistia na base da economia argentina, que se destinava aos mercados europeus. A produção se concentrava na Pampa Úmida, região que oferecia condições propícias para o desenvolvimento agropecuário. Na época, a estrutura fundiária se dividia, basicamente, entre grandes propriedades e pequenos arrendamentos, com prevalência da expressão política dos primeiros. Desde 1866, os grandes proprietários têm seus interesses representados na *Sociedad Rural Argentina* (SRA), entidade que colaborou ativamente com os governos argentinos³⁷ até a chegada de Juan Domingo Perón ao

³⁵ Cumpre salientar que há menores possibilidades para sonegação das retenções, uma vez que são cobradas no momento da exportação e, ademais, tomam como referência os preços dados pelo mercado internacional.

³⁶ Perón também governou a Argentina entre 1973 e 1974, em um contexto de crise política e econômica que acabou por inviabilizar a retomada da estratégia desenvolvimentista.

³⁷ Alguns de seus membros ocuparam cargos importantes no Ministério da Agricultura.

poder, na década de 40³⁸. Durante toda sua trajetória, a SRA manteve um perfil liberal (Barsky & Dávila, 2008).

A divisão da estrutura fundiária entre grandes proprietários e arrendatários gerou tensões entre os seus interesses. As divergências se expressaram já em 1912, ocorreu o *Grito de Alcorta*, rebelião articulada por pequenos e médios produtores na província de Santa Fe³⁹. As articulações em torno da rebelião culminaram na formação de uma entidade representativa dos pequenos e médios produtores, a *Federación Agraria Argentina* (FAA), fundada no marco da contraposição em relação aos grandes proprietários e à SRA. (Barsky & Dávila, 2008; Hora, 2010).

Na década de 30, a Grande Depressão impactou profundamente a produção agropecuária. Desta vez, a crise afetou a produção pampeana como um todo, impactando desde latifundiários até pequenos e médios produtores, com impactos maiores sobre os últimos. Na mesma época, registrou-se o esgotamento da exploração de terras férteis na Pampa Úmida, o que, em conjunto com os efeitos deletérios da crise de 30, levou à queda da produção e das exportações agropecuárias (Hora, 2010).

A Grande Depressão levou a uma fratura entre os interesses dos pecuaristas. Criadores e *invernadores*⁴⁰ disputavam entre si a repartição dos custos associados à redução da demanda e dos preços de carne no mercado internacional. Em 1932, os criadores de gado fundaram a *Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires y La Pampa* (CARBAP), que pretendia pressionar o governo na defesa dos seus interesses frente os impactos da crise internacional. Os *invernadores*, por sua vez, mantiveram-se filiados à SRA. A CARBAP, ao contrário da SRA, apoiou a maior intervenção estatal na economia, que vinha sendo promovida pelos governos da *Concordancia*⁴¹. Dentre as medidas adotadas pelo governo no bojo da crise de 30, estavam: a coordenação da política agropecuária pela Secretaria de Agricultura; a

³⁸ A participação de Perón no governo é anterior à sua chegada à presidência. Desde 1943, ele já fazia parte do governo de *Revolución de los Coroneles*, tendo ocupado o posto de Ministro do Trabalho.

³⁹ A rebelião foi detonada pelos desdobramentos da crise provocada pela queda dos preços internacionais de bens primários, que inviabilizou a produção nas terras arrendadas.

⁴⁰ Empresários voltados para a engorda de bovinos, que compravam gado dos criadores.

⁴¹ O período da *Concordancia* teve início com a derrubada do presidente radical Hipólito Yrigoyen, em 1930, substituído pelo General Félix Uriburu. Esse período também é conhecido na literatura como a “Década Infame”, em razão das constantes fraudes eleitorais. Entre 1930 e 1947, a Argentina foi presidida por governos conservadores apoiados pela elite tradicional.

regulação dos mercados agropecuários (através da instituição da Junta Nacional de Grãos e da Junta Nacional de Carnes) e a introdução de uma política de crédito para o setor rural, voltada para compra de terras⁴² e aquisição de maquinário (Barsky & Dávila, 2008; Lódola, 2008).

As políticas adotadas pelos governos da *Concordancia* permitiram uma recuperação, ainda que tardia, da produção agropecuária. Os governos da época não levaram a cabo, porém, políticas voltadas para o fomento tecnológico, deixando a Argentina em desvantagem frente a competidores externos, o que levou à perda da participação relativa das exportações do país no mercado internacional.

A partir da década de 40, mudanças institucionais importantes contribuíram para a alteração da estrutura fundiária rural e, por conseguinte, dos interesses defendidos pelo empresariado rural. O governo da *Revolución de los Coroneles* aprovou uma legislação que beneficiava os arrendatários de terras, com o relaxamento dos critérios de arrendamento e a proibição da retirada dos locatários sem o seu consentimento⁴³. Os efeitos dessa legislação foram sentidos lentamente, ao longo dos seus vinte e cinco anos de vigência: lado a lado à partilha das grandes extensões de terras entre os descendentes dos latifundiários, a lei de arrendamentos fez desaparecer as grandes propriedades rurais. Em seu lugar, emergiu uma estrutura fundiária na qual predominavam propriedades de tamanho médio (Barsky & Dávila, 2008; Hora, 2010).

A estrutura fundiária emergente permitiu a aproximação entre os interesses defendidos pelas diferentes entidades de representação dos produtores agropecuários. Não obstante essa maior proximidade, a fragmentação da representação do empresariado rural prosseguiu, inviabilizando a convergência entre as ações promovidas pelas diferentes entidades. Em 1943, a CARBAP liderou a fundação da *Confederaciones Rurales Argentinas* (CRA), que reunia cooperativas de produtores rurais⁴⁴. Com o passar do tempo, a CRA abandonou a defesa da regulamentação do comércio pelo Estado apoiada pela CARBAP, optando por uma posição crescentemente anti-estatista (Barsky & Dávila, 2008).

⁴² Nas décadas de 40 e 50, em particular, o crédito se voltava para a aquisição de terras por parte dos arrendatários (Lódola, 2008).

⁴³ Essas disposições acabaram por dificultar a expulsão de arrendatários para posterior venda das terras por eles ocupadas.

⁴⁴ Tratava-se da entidade com maior base numérica na Argentina.

A fragmentação levou a certa passividade das entidades frente a medidas adotadas pelos diversos governos que afetavam os interesses do empresariado agrário. Vale mencionar que a forte instabilidade institucional observada entre as décadas de 50 e 80⁴⁵ resultou na constante modificação nas diretrizes da agenda pública, incluindo aí frequentes mudanças em políticas que impactavam a produção agropecuária⁴⁶. No entanto, não se registraram manifestações importantes do empresariado rural frente à agenda pública (Hora, 2010). Pelo contrário, a fragmentação da representação se aprofundou com a fundação de uma nova entidade em 1958, a *Confederación Intercooperativa Agropecuaria* (CONINAGRO), que reunia diversas federações formadas por cooperativas de produtores.

Em 1956, durante o governo Pedro Aramburu, foi criado o *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria* (INTA), voltado para o incentivo à inovação tecnológica e ao incremento da produção agropecuária. Os resultados dessa política vieram a ser registrados na década seguinte, no marco da chamada “revolução verde”. A incorporação de novas técnicas de produção⁴⁷ permitiu a retomada da expansão da produção agropecuária, que havia se retraído nos anos anteriores⁴⁸ (Reca & Parellada, 2001; Bisang, 2008; Lódola, 2008).

⁴⁵ Nesse período, a Argentina observou uma sucessão de eleições – que conduziam a governos democráticos de vida curta (Artur Frondizi, Arturo Illia e Perón, em seu terceiro governo) – e de golpes de Estado.

⁴⁶ Nem mesmo a oposição de Perón à oligarquia rural e a adoção de políticas favoráveis aos trabalhadores camponeses levaram à articulação das entidades. Tampouco houve mobilizações contra as políticas do governo da *Revolución Libertadora*, que havia derrubado Perón, que incluíam uma política cambial desfavorável e a cobrança de retenções sobre as exportações, com alíquota de 25%. Essas políticas, lado a lado o avanço da inflação, levaram à queda da produção agropecuária. Na época, o país chegou a importar cereais para consumo doméstico. Neste mesmo período, as exportações argentinas cediavam espaço para concorrentes de outros países, particularmente dos Estados Unidos, onde o investimento tecnológico, no marco da abundância de crédito no pós-Guerra, levava ao aumento da produção de trigo e milho (Reca & Parellada, 2001).

⁴⁷ Como a mecanização e o emprego de agrotóxicos e sementes híbridas.

⁴⁸ Diante da retomada da expansão da produção agropecuária na década de 60, o governo Juan Carlos Onganía buscou transferir a renda do setor agrário para a indústria, impulsionando sua estratégia de promoção da industrialização. Seu governo desvalorizou a moeda nacional e impôs direitos de exportação com alíquota de 25%, cuja receita se destinava ao financiamento da indústria. Mais tarde, o governo Alejandro Lanusse adotou um esquema de retenções móveis e proibiu temporariamente a exportação de carne, visando conter o avanço da inflação. As entidades representativas dos produtores rurais condenaram as medidas adotadas, mas não organizaram suas ações contra essas políticas (Rapoport, 2008, Hora, 2010).

A década de 60 também foi marcada por novas modificações na estrutura fundiária e, por conseguinte, na definição dos interesses do empresariado rural. Em 1968, uma nova legislação aboliu os arrendamentos. No mesmo período, intensificou-se a contratação de terceirizados (*contratistas*)⁴⁹ (Barsky & Dávila, 2008).

Nas décadas de 70 e 80, ocorreu uma importante mudança no perfil de produção agrícola argentina: a introdução e expansão do plantio de soja, viabilizado pelo avanço tecnológico registrado no período⁵⁰. A partir de então, o cultivo de soja passou a ocupar progressivamente um espaço privilegiado no setor agrícola. O avanço tecnológico permitiu que a produção agropecuária – agora menos dependente da pecuária e mais da agricultura – registrasse níveis sustentados de expansão (Barsky & Dávila, 2008; Lódola, 2008).

As constantes mudanças políticas, porém, ensejavam a formação de um cenário marcado por incentivos ambíguos para a expansão da produção, pois acarretavam frequentes modificações nas regras. Na década de 70, o terceiro governo Perón definiu um imposto sobre a propriedade rural, que encontrou resistência de parte do empresariado rural. Sua cobrança foi apoiada pela FAA, mas sofreu rechaço da SRA e CRA. Cumpre salientar que as duas últimas entidades apoiaram e fizeram parte dos governos do Regime Militar, que derrubou o governo peronista em 1976 e extinguiu a cobrança do imposto sobre a propriedade rural (Barsky & Dávila, 2008).

De início, o governo militar implementou medidas que iam ao encontro dos interesses defendidos por SRA e CRA, como a liberalização comercial, a desvalorização cambial e o fim da cobrança das retenções. Mais tarde, porém, com a crise econômica e o fim das políticas de concessão de subvenções e de crédito subsidiado ao setor rural, a produção foi impactada e as exportações registraram recuo (Barsky & Dávila, 2008). Adicionalmente, o governo militar, em seus últimos anos, voltou a cobrar retenções sobre as exportações.

⁴⁹ Estes atores desempenhavam diferentes funções na cadeia produtiva, incluindo o fornecimento de insumos e novas modalidades de aluguel das terras.

⁵⁰ Essa expansão do plantio de soja, intensivo em capital, tornou-se possível em razão da adoção de uma nova técnica que permitia a rotatividade da produção, permitindo duas safras por ano. Também foram introduzidas técnicas de plantio direto, o uso de sementes transgênicas e o emprego do herbicida glifosato.

A “década de perda” dos anos 1980 – marcada pelas restrições internacionais e pelos problemas econômicos domésticos – impactou a produção agropecuária. Mesmo com os preços das *commodities* deprimidos no mercado internacional, o governo Raúl Alfonsín definiu alíquotas das retenções às exportações superiores a 40%. Pela primeira vez em décadas, as entidades patronais organizaram manifestações públicas em rechaço à medida, com a organização de um “*camionetazo*” pela CRA, com apoio da SRA. Não houve, porém, confluência entre as quatro principais entidades representativas dos produtores rurais (Hora, 2008).

As mudanças na estrutura fundiária e nas técnicas de produção levaram, em última instância, à convergência entre os interesses de diversos setores do empresariado agrário. O relacionamento entre o Estado e o empresariado rural alternou entre momentos de maior proximidade e distanciamento. Fatores como mudanças nas regras (ocasionadas pelas frequentes mudanças de governos) e convergência/distância ideológica ajudam a explicar estes processos de aproximação/distanciamento. Não havia, porém, uma ação coesa das entidades empresariais rurais na defesa dos seus interesses. Cumpre salientar que, a despeito da instabilidade institucional, desde a década de 40, a Secretaria de Agricultura manteve-se encarregada da definição e implementação das políticas para o setor agropecuário, geralmente contando com a participação dos atores interessados. Este quadro, porém, foi modificado na década de 90, a partir da promoção de reformas estruturais, que culminaram na desarticulação das políticas setoriais. Na próxima seção, dedicamo-nos a essa questão.

AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES ESTADO/EMPRESARIADO RURAL NA DÉCADA DE 90

Na década de 90, com a chegada de Carlos Menem ao poder, teve início um rápido processo de implementação de reformas estruturais, voltadas para a redução do papel do Estado na economia e a adoção de medidas “pró-mercado”. Também foi adotado um regime cambial fixo, que mantinha a moeda nacional em paridade ao dólar. Essas mudanças impactaram profundamente as políticas setoriais para a agricultura, redefinindo ainda as relações entre o Estado e o empresariado rural. Em substituição à regulação estatal dos mercados agrários, propunha-se a reformulação das funções do

Estado, que deixava de promover políticas setoriais e se voltava para políticas focalizadas (Lattuada & Nogueira, 2012). No marco da liberalização comercial, as retenções às exportações foram eliminadas, convergindo com as medidas anteriormente adotadas pelos governos militares (Reca & Parellada, 2001).

O governo Menem, porém, foi além de uma “reedição” das políticas liberais adotadas pelos governos militares, implementando mudanças institucionais mais profundas. A *Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación* (SAGPyA) teve sua estrutura burocrática reduzida, com a diminuição do número de órgãos e funcionários, em alinhamento com o objetivo de corte de gastos públicos⁵¹. A supressão do planejamento estatal do setor agropecuário afetou de modo cabal as relações entre o Estado e o empresariado rural. Enquanto a Secretaria de Agricultura desempenhou funções de planejamento das políticas setorial e regulação das atividades, havia espaços institucionais nos quais participavam as entidades representativas dos produtores agropecuários. Com a supressão dessas funções, porém, eliminaram-se também os espaços para participação destes atores no processo de elaboração e implementação das políticas setoriais. O espaço de interlocução no âmbito estatal desarticulado, o que enfraqueceu a atuação das entidades representativas dos produtores rurais na expressão dos seus interesses (Lattuada & Nogueira, 2012).

A reorganização das ações do Estado também implicou na retração do crédito e dos incentivos estatais ao setor agropecuário. O espaço deixado pelo Estado foi parcialmente ocupado pelo crédito bancário privado. Também houve um processo de desverticalização e terceirização das etapas de produção, com importante participação de empresas multinacionais no papel de fornecedoras de insumos e equipamentos. Como resultado, apesar do câmbio valorizado (que encarecia os preços dos bens exportados), a produção se expandiu. Essa expansão, contudo, veio acompanhada da concentração da produção – que eliminava pequenos e médios produtores – e da

⁵¹ Interessante notar que, em momentos adversos, o governo Menem adotou medidas pouco coerentes a estratégia neoliberal: quando os preços internacionais das *commodities* agrícolas se elevaram, foram introduzidos controles sobre os preços do trigo e do milho, além de um complexo mecanismo de compensações a outras atividades que empregavam estes cereais nas suas etapas de produção. No caso de carnes e leite, o governo também adotou barreiras tarifárias e estabeleceu cotas de exportação (Bisang, 2008).

elevação expressiva do nível de endividamento dos produtores⁵² (Bisang, 2008; Lódola, 2008).

A retração da capacidade de planejamento estatal implicou na redução do espaço institucional de participação das entidades representativas dos produtores rurais. Ademais, algumas destas entidades (como a FAA e CONINAGRO) tiveram suas bases enfraquecidas pelo desaparecimento de pequenos e médios produtores. Diante da ausência de um canal de interlocução com o Estado, as entidades se articularam, promovendo protestos e paralisações – ainda que pontuais – contra as políticas do governo Menem⁵³. Essa mobilização se intensificou particularmente a partir da segunda metade da década de 90, em reação ao regime cambial desfavorável, ao endividamento crescente e à concentração produtiva⁵⁴ (Lattuada & Nogueira, 2012).

Não obstante a mobilização das entidades, não houve mudanças importantes na política setorial para a agropecuária durante o governo Menem. Seu sucessor, Fernando de la Rúa, tampouco atendeu às demandas do empresariado rural. Pelo contrário, a manutenção do regime cambial fixo e a adoção de políticas pró-cíclicas mantiveram o quadro desfavorável às exportações e acentuaram o endividamento. As capacidades

⁵² Muitos dos empréstimos contraídos estavam denominados em dólares, percentual que chegou a 90% às vésperas da crise de 2001 (Bisang, 2008). Registrou-se ainda o surgimento de novos atores no financiamento das atividades agropecuárias: os *pools de siembra*, convênios privados formados por investidores individuais, de orientação especulativa. O plantio é feito por contratados, em terras arrendadas, e geralmente empregam tecnologia superior à média do mercado agropecuário. Devido à sua orientação especulativa, não empregam capital fixo e buscam liquidez (Lódola, 2008).

⁵³ Segundo Lattuada e Nogueira (2012, p.42), “[c]omo resultado desta mudança, as associações reivindicatórias tradicionais foram mais suscetíveis à maior unidade nas suas ações e no discurso, em particular aquelas mais especificamente voltadas para a representação de produtores pequenos e médios, com escassos ou nulos interesses fora da agricultura. Por exemplo, a *Federación Agraria Argentina* (FAA), a *Confederación Intercooperativa Agropecuaria* (CONINAGRO) e as *Confederaciones Rurales Argentinas* (CRA) levaram adiante nove protestos agrários nacionais de forma conjunta durante a década de 90 (a CRA participou em oito), enquanto a SRA se somou a somente duas delas. Essas ações incluíram *paralisações de vários dias sem a comercialização da produção* e marchas massivas de produtores até Buenos Aires. (Tradução nossa. Grifo nosso).

⁵⁴ As quatro entidades – SRA, CRA, FAA e CONINAGRO – também colaboraram entre si na divulgação de documentos comuns, elaborados por suas respectivas equipes técnicas. Já em 1994, as quatro entidades apresentaram um programa conjunto ao governo Menem que tratava da política agrária (Hora, 2010). Em 2001, três destas entidades (FAA, CRA e CONINAGRO) apresentaram um novo documento, intitulado “*Propuesta conjunta para una política agropecuaria de crecimiento con equidad*” (Lattuada & Nogueira, 2012).

estatais sofreram uma nova retração com a desarticulação de mais uma burocracia, o *Instituto Nacional de Semillas*⁵⁵ (Barsky & Dávila, 2008; Lattuada & Nogueira, 2012).

O prosseguimento das políticas de ajuste e a manutenção do câmbio fixo levaram a mais profunda crise da história recente da Argentina, que levou a níveis sem precedentes de desemprego, pobreza e miséria. A crise também impactou o sistema político-partidário, com o predomínio do peronismo no cenário político, o que resultou na exposição das fraturas internas do partido. A partir de então, as dinâmicas governo/oposição deixaram de se organizar de acordo com linhas partidárias, passando a se observar constantes alinhamentos e realinhamentos entre frações do peronismo e de outros partidos.

AS RETENÇÕES ÀS EXPORTAÇÕES NO CENTRO DA AGENDA NEODESENVOLVIMENTISTA

Em 2002, teve início a retomada do crescimento econômico na Argentina, assentada em uma estratégia neodesenvolvimentista. O governo Duhalde adotou um conjunto de políticas voltadas para a recuperação da economia, dentre as quais se incluíam medidas que impactaram positivamente o setor agropecuário: a adoção do regime cambial competitivo e a conversão de dívidas, anteriormente denominadas em dólares, em pesos argentinos. Essas medidas permitiram o impulso às exportações de *commodities* e a redução do nível de endividamento dos produtores. Como consequência, os investimentos no setor se ampliaram. Já nos primeiros meses após o fim do regime de conversibilidade, a situação dos produtores agropecuários contrastava com a situação de ruína do resto do país.

Não havia, porém, uma política setorial voltada para a produção agropecuária. O modelo neodesenvolvimentista nascia baseado no “piloto automático” do regime

⁵⁵ O governo também pretendia transformar a Secretaria de Agricultura em uma subsecretaria, a fim de reduzir custos, mas acabou desistindo da ideia. Um dos reflexos do enfraquecimento da capacidade de regulação e fiscalização do Estado foi o registro de casos de febre aftosa, que afetou a atividade pecuária.

cambial, e não em políticas voltadas para o fortalecimento das capacidades estatais, incluindo aí o planejamento de políticas setoriais⁵⁶ (Lattuada & Nogueira, 2012).

A adoção de um regime cambial competitivo permitiu a expansão das exportações de *commodities*, principalmente agrícolas, e incentivou a industrialização substitutiva de importações. A expansão das exportações agrícolas foi favorecida ainda pelos elevados preços das *commodities* no mercado internacional. Diante do aumento da renda auferida pelos exportadores, considerada extraordinária, o governo a reintroduziu as retenções às exportações, que haviam sido eliminados no governo Menem. Com a incidência e tributos sobre as exportações gêneros agrícolas, o governo pretendia capturar para o Tesouro parte dos ganhos dos setores exportadores em um momento em que o país ainda enfrentava os efeitos da crise econômica. Cabe salientar que há prerrogativa definida pelo texto constitucional ao Executivo para a definição dos tributos incidentes sobre o comércio exterior, sem necessidade de autorização legislativa ou compartilhamento das receitas com as províncias⁵⁷.

De início, entretanto, o empresariado rural e suas entidades representativas mantiveram suas diferenças em relação à tributação das exportações em baixo perfil, reconhecendo a necessidade de elevação da extração de tributos (ainda que temporária) para o financiamento das políticas sociais em um contexto de crise. Ao contrário do empresariado industrial, porém, os produtores rurais não aderiram à coalizão de apoio aos governos neodesenvolvimentistas.

À primeira vista, pode causar estranheza o fato de os produtores rurais, beneficiados pelo câmbio competitivo e pela “pesificação” das suas dívidas, tenham se mantido fora da coalizão de sustentação aos governos neodesenvolvimentistas. No

⁵⁶ Dentre as poucas mudanças promovidas na organização burocrática, estava a requalificação do INTA, incluindo a ampliação do seu orçamento e o aumento do seu quadro de funcionários (Lattuada & Nogueira, 2012).

⁵⁷ A cobrança dos direitos de exportação é prevista na Constituição de 1853, sendo de competência exclusiva da Nação. Em 1981, o Código Aduaneiro delegou a competência de estabelecer os direitos de exportação, que pertencia ao Congresso Nacional, para o Poder Executivo. Em complemento, o Decreto 2.752/91 definiu que o estabelecimento das retenções deveria ser definido pelo Ministério da Economia (Barsky & Dávila, 2008). Embora essas regras suscitem controvérsia, é possível afirmar que as regras institucionais concediam ao governo nacional autonomia para definição as retenções às exportações e suas alíquotas *vis-à-vis* os demais atores institucionais (congressistas e governadores).

entanto, a trajetória prévia do setor agrícola ajuda a explicar sua posição: as atividades agrícolas haviam experimentado uma fase de expansão na década de 90, mesmo diante de um regime cambial fixo. Esta expansão só foi interrompida pela crise da virada do século. Nesse período, os investimentos no setor ocorreram *a despeito* da ação estatal. Os governos da etapa neodesenvolvimentista tampouco adotaram ações voltadas para a requalificação do Estado no que tange a promoção do planejamento do setor agropecuário e do incentivo à produção. A retomada do crescimento econômico era considerada pelas entidades do empresariado rural como consequência do dinamismo da produção agropecuária, processo no qual o Estado não teria desempenhado papel algum. Pelo contrário, a tributação sobre as exportações agropecuárias seriam um obstáculo imposto pelo Estado ao dinamismo do setor (Hora, 2010).

Já durante a gestão Kirchner, foram empreendidas ações que só fizeram aumentar a animosidade das entidades rurais frente às ações do governo: a *Oficina Nacional de Control Comercial Agropecuario* (ONCCA) assumiu inédita relevância, passando a produzir discricionariamente regras em torno da concessão de subsídios, compensações e até mesmo proibições de exportação, sem qualquer diálogo prévio com as entidades patronais (Lattuada & Nogueira, 2012). Ademais, pouco antes do fim do seu mandato, Kirchner reajustou as alíquotas das retenções, como parte da sua política anti-inflacionária.

A insatisfação do empresariado rural se expressaria de forma incisiva somente durante o governo seguinte, de Fernández de Kirchner. Seu governo deu prosseguimento à orientação política e econômica de seu antecessor, mantendo o regime cambial competitivo. Poucos meses após a sua posse, Fernández de Kirchner optou por modificar o cálculo das alíquotas das retenções sobre determinadas exportações agrícolas, que passaram a se atrelar à variação da *commodity* no mercado internacional. Com a alta dos preços das *commodities*, o percentual aplicado sobre as exportações de um determinado bem também se elevaria, e vice-versa. Essa medida ficou conhecida como retenções móveis.

Em 11 de março de 2008, o Ministro da Economia Martín Lousteau anunciou o mecanismo de retenções móveis, estabelecido pela Resolução Ministerial 125. As exportações de soja, girassol, milho e trigo estavam sujeitas a este novo esquema (Cambian las..., 12 mar. 2008). A progressão das alíquotas previstas é apresentada na

tabela abaixo, com realce para a faixa de preços da tonelada das *commodities* em questão no momento da publicação da Resolução 125⁵⁸.

Tabela 1
Resolução 125 – Alíquota dos direitos de exportação – março/2008

Commodity	Faixa de preço US\$/ton	Alíquota vigente	Nova alíquota
Soja	0-200	35%	23,5%
	201-300	35%	De 23,5% a 28%
	301-400	35%	De 28% a 36%
	401-500	35%	De 36% a 43%
	501-600	35%	De 43% a 49%
	Acima de 600	35%	49% em diante
Girassol	0-200	32%	23,5%
	201-300	32%	De 23,5% a 25%
	301-400	32%	De 25% a 31%
	401-500	32%	De 31% a 37%
	501-600	32%	De 37% a 45%
	Acima de 600	32%	45% em diante
Milho	0-180	25%	20%
	181-220	25%	20% a 25%
	221-260	25%	25% a 32%
	261-300	25%	32%
	Acima de 301	25%	40% em diante
Trigo	0-200	28%	20%
	201-300	28%	20% a 24%
	301-400	28%	24% a 30%
	401-600	28%	De 30% a 46%
	Acima de 600	28%	46% em diante

Fonte: Adaptado de Argentina, 2008.

O governo defendia que a aplicação das retenções móveis vinha a reforçar a política anti-inflacionária. Afirmava ainda que estava sendo estabelecido um novo modelo econômico no país, baseado na justiça social. Para tanto, considerava essencial a distribuição de renda, com transferência de recursos dos setores agroexportadores, beneficiados pelo câmbio competitivo, aos setores mais pobres da população. Além disso, os elevados preços das *commodities* no mercado internacional poderiam levar os

⁵⁸ O cálculo da alíquota dos direitos de exportação (DE) é definido pela fórmula:

$DE = \text{Valor Básico} + \text{Alíquota marginal da diferença entre o preço FOB} - \text{Valor de Corte} / \text{Preço FOB} \times 100$. O preço FOB é o valor da exportação de casa produto, e é identificado diariamente pela Secretaria de Agricultura. Já o Valor Básico, o Valor de Corte e a Alíquota Marginal são determinados pela própria Resolução 125/2008.

produtores a escoarem grande parte da produção para o exterior. Dessa forma, a população argentina enfrentaria escassez de alimentos e inflação. As retenções coibiriam as exportações de chegarem a um nível que implicasse no aumento dos preços domésticos (Cambian las..., 12 mar. 2008; Son piquetes..., 26 mar. 2008).

Fernández de Kirchner pretendia ainda impedir o avanço excessivo das plantações de soja na Argentina. Dentre as *commodities* exportáveis, o cultivo de soja era o mais rentável, o que poderia culminar na “sojização” da produção agrária do país. Como a maior parte da produção de soja era destinada aos mercados externos, havia preocupação quanto à redução da área destinada a outros cultivos e da produção pecuária, que poderiam levar ao desabastecimento e/ou à inflação destes produtos no mercado doméstico (Cambian las..., 12 mar. 2008).

Apenas dois dias após do anúncio das retenções móveis, deu-se início às paralisações e protestos das organizações ruralistas contra a medida. A primeira manifestação foi articulada pela SRA, e contou com a participação da CRA, CONINAGRO e FAA (Cronología: la..., 02 out.2008). Ao longo do conflito, essas quatro entidades constituiriam o que ficou conhecido como a *Mesa de Enlace*⁵⁹.

Apesar do rechaço do empresariado rural, o governo não buscou discutir com suas lideranças possíveis alterações na Resolução 125. Pelo contrário, considerou as que as demandas dos ruralistas se reduziam à defesa de interesses particulares. Em reação, as entidades rurais organizaram um locaute que durou mais de cem dias, acusando o governo de adotar medidas confiscatórias, que comprometiam o desenvolvimento das atividades agropecuárias e, portanto, o desenvolvimento do país (Fair, 2008).

O desabastecimento não era uma tática nova nas manifestações das entidades ruralistas. A primeira vez que a SRA recorreu ao locaute foi em 1922, quando suspendeu a venda de carne para empresas exportadoras. Tampouco era inédita a aproximação entre entidades díspares, como a SRA e a FAA, que já haviam participado de manifestações conjuntas, especialmente na década de 90. O ineditismo das manifestações de 2008 se deveu a outros fatores: o recurso a piquetes e bloqueios de estradas, métodos poucos frequentes em manifestações patronais. Mais importante,

⁵⁹ Além da mobilização das quatro entidades, diversos produtores organizaram manifestações sem articulação prévia com a *Mesa de Enlace*, principalmente na região pampeana, sendo chamados de “autoconvocados”.

essas manifestações adquiriram uma proporção inédita: nunca antes tantos segmentos urbanos haviam aderido a protestos em defesa dos interesses dos produtores agropecuários (Hora, 2010).

De início, o governo considerou que as mobilizações teriam curta duração. Historicamente, o empresariado rural carecia de uma firme organização no nível nacional, dividindo-se entre as quatro entidades representativas. À exceção do governo Alfonsín, nenhum governo enfrentou protestos organizados pelos produtores rurais contra medidas que fossem contrárias aos seus interesses. Ademais, as políticas neoliberais implementadas na década de 90 afetaram a organização e a atuação dessas entidades, especialmente a FAA, enfraquecida pelo desaparecimento de milhares de pequenos produtores, que compunham a sua base (Hora, 2010).

Mesmo no período mais recente, quando diversas medidas adotadas afetavam os interesses dos produtores rurais – como a reintrodução das retenções, no governo Duhalde e a limitação às exportações de carne e trigo, no governo Kirchner –, as entidades tampouco haviam organizado manifestações contundentes, ainda que criticassem as políticas dos governos em questão. Nesse sentido, a forte adesão às manifestações promovidas pela *Mesa de Enlace* surpreendeu não somente o governo, como também os próprios dirigentes das entidades rurais (Hora, 2010).

Diante da dimensão assumida pelos protestos, o governo optou por assumir uma estratégia de confrontação: além de condenar a defesa de interesses próprios por parte do empresariado rural, a presidente também atribuiu um caráter parasitário aos produtores, particularmente de soja. Também atribuiu às entidades ruralistas intensões “golpistas”, acusando-os de haver colaborado com o golpe de 1976. Esta última acusação se dirigia particularmente à SRA e à CRA (Hora, 2010). O governo convocou mobilizações de apoio, organizando manifestações das quais faziam parte setores do peronismo e do sindicalismo. A presidente e seus apoiadores recorriam, de anacronicamente, à dicotomia “povo”/“oligarquia”, à qual Perón havia recorrido em diversas ocasiões⁶⁰ (Domingues, 2012).

⁶⁰ Conforme discutimos nas seções anteriores, essa dicotomia não correspondia mais à realidade da produção agropecuária argentina, liderada por empresários que recorriam a fornecedores multinacionais e organizavam a produção de forma desverticalizada. Além disso, a produção se assentava em inovações tecnológicas semelhantes às mais avançadas técnicas de produção observadas

A introdução das retenções móveis gerou divergências também entre o Executivo Nacional e muitos dos governadores provinciais (de situação ou de oposição)⁶¹. Por um lado, governadores de províncias produtoras de *commodities* agrícolas – como Córdoba, Buenos Aires, Entre Ríos e Santa Fe – manifestaram publicamente seu apoio às manifestações das entidades ruralistas, rechaçando as retenções móveis (Comienza la., 12 maio 2008). Por outro lado, um grupo de governadores – de províncias como Catamarca, San Juan, Santa Cruz e Salta – demandava que as retenções fossem incluídas no sistema de coparticipação fiscal, esquema que regulamentava há décadas o compartilhamento da arrecadação de impostos (mas não de tarifas alfandegárias) entre a Nação e as províncias (Las provincias..., 05 mar.2008).

No contexto de antagonismo marcante, o governo chegou a rever sua posição, convidando as entidades representativas dos setores rurais para participarem de reuniões. Estas, porém, fracassaram. Em meados de junho, Fernández de Kirchner anunciou que enviaria para o Congresso a proposta de ratificação das retenções móveis. Caso fosse aprovada nas duas casas, a medida seguiria vigente (Cristina anunció..., 18 jun. 2008). Após o envio proposta ao Congresso, o governo acenou com algumas concessões aos pequenos produtores⁶² (Negocian con... 30 jun. 2008).

no mundo, o que havia viabilizado o cultivo de soja no país. Nesse sentido, os discursos do governo expressavam um desconhecimento da realidade do setor, fomentando a insatisfação dos produtores rurais.

⁶¹ O relacionamento entre o governo, o Congresso e os governadores provinciais sofreu modificações significativas desde a crise de 2001. O cenário de fragmentação do sistema partidário ensejado por aquela crise, no qual o peronismo passava por um duplo processo de ascensão à posição de partido dominante e de emergência das suas disputas internas, permitiu ao governo Kirchner se insular das pressões externas. As negociações para formação de maiorias parlamentares, ainda que instáveis, permitiram a aprovação de sucessivas delegações do Legislativo ao Executivo na condução de temas de política econômica (Bonvecchi & Schijman, 2007). Essas mudanças também impactaram a coordenação do federalismo fiscal, em um quadro no qual a Nação passava a concentrar a maior parte das receitas, recorrendo frequentemente a transferências discricionárias (Palermo, 2010). Nesse sentido, a articulação do empresariado rural contra a cobrança das retenções móveis constituiu-se uma conjuntura crítica que permitiu a expressão dos interesses também dos atores políticos frente o governo.

⁶² Primeiro, o governo anunciou um esquema de reembolso a pequenos produtores, com recursos provenientes das retenções. Posteriormente, apoiou a chamada “segmentação”, que estabelecia um teto às retenções móveis impostas aos pequenos produtores (Negocian con... 30 jun. 2008). Segundo a proposta do governo, as retenções máximas para produtores com propriedades inferiores a 150

Na Câmara dos Deputados, a proposta do governo foi aprovada, contando com 129 votos a favor, 122 contra e duas abstenções. A existência de uma bancada governista majoritária garantiu sua aprovação, não obstante a dissidência de alguns deputados (El kirchnerismo..., 05 jul. 2008). No Senado, contudo, a disputa prometia ser mais acirrada: embora o governo possuísse a maior bancada, os senadores governistas se dividiam: alguns senadores se manifestavam de forma leal às suas províncias de origem, fortemente impactadas pela cobrança das retenções (Se complica..., 10 jul. 2008). Outros reivindicavam a repartição da arrecadação proveniente dos direitos de exportação com as províncias. Os opositores, por sua vez, buscavam angariar os votos dos dissidentes para frear as retenções móveis.

Em 18 de julho de 2008, o Senado votou a proposta de ratificação das retenções móveis. O painel indicava 36 votos favoráveis, e 36 votos contrários. Coube ao vice-presidente Julio Cobos, que também ocupava a presidência do Senado, exercer o voto de minerva⁶³, votando contra as retenções móveis.

A conclusão da votação foi uma derrota do governo. Para os ruralistas, entretanto, a votação no Congresso não encerrava suas demandas, ainda que sua articulação tenha se arrefecido. O fim da cobrança das retenções móveis não implicou no encerramento da incidência das retenções, mas somente o retorno à cobrança de alíquotas fixas. Por um lado, choques exógenos ocorridos no segundo semestre de 2008 ajudam a explicar o porquê do enfraquecimento da articulação das entidades patronais: a queda na produção ocasionada pela estiagem e os impactos negativos da crise internacional sobre o crédito e sobre as exportações de *commodities*. Por outro lado, a desarticulação da coalizão opositora se deveu também a uma estratégia relativamente bem-sucedida do governo nacional, que introduziu incentivos às províncias e aos pequenos produtores.

hectares, nos Pampas, e até 350 hectares, nas demais regiões, seriam de 35% (Qué cambió... 22 jun. 2008).

⁶³ Uma peça-chave da engenharia institucional argentina é o “voto de minerva” conferido ao vice-presidente. Em caso de empate nas votações no Senado, cabe ao vice-presidente decidir pela aprovação ou não da proposta em questão. Julio Cobos, o dissidente radical que havia sido eleito na chapa de Cristina Kirchner, vinha se distanciando do governo, declarando publicamente que o tema das retenções deveria ser objeto de diálogo entre governo e produtores rurais (Cobos: el... 27 jun. 2008).

Diante da queda da produção e das exportações ocasionada pelos choques exógenos pontuados no parágrafo, a *Mesa de Enlace* voltou a se articular. Para além da questão da cobrança das retenções, as novas manifestações demandavam o fim das restrições impostas pela ONCCA, rechaçando a intervenção estatal no setor (Gras & Hernández, 2009).

As novas manifestações, porém, não alcançaram a mesma intensidade observada no começo de 2008. O governo nacional empreendeu diversas ações que contribuíram para a desarticulação da coalizão opositora. Pouco após a derrubada das retenções móveis, o governo Fernández de Kirchner decidiu eliminar a cobrança de retenções sobre as exportações de leite – que não eram objeto da Resolução 125 – e reduzir as alíquotas incidentes sobre a exportação de trigo (Gras & Hernández, 2009). Ainda em 2008, o governo criou a *Subsecretaría de Desarrollo Rural y Agricultura Familiar*, voltada para a promoção de políticas de fomento à produção de pequenos e médios produtores. Em dezembro daquele ano, foram introduzidos os programas *Trigo Plus* e *Maíz Plus*, que concediam incentivos fiscais aos produtores de milho e trigo, visando estimular a expansão da sua produção.

Em 2009, o governo empreendeu também uma importante iniciativa voltada para romper o vínculo entre diversos governadores provinciais e o empresariado rural, com a criação do *Fondo Federal Solidario*. Este fundo destinava 30% das receitas advindas das retenções incidentes sobre as exportações de soja para o financiamento de investimentos em infraestrutura sanitária, educacional, hospitalar e viária. Desta forma, o governo nacional pretendia transferir para os cofres provinciais parte da receita auferida pelos exportadores de soja – o cultivo mais rentável no país –, criando uma situação de oposição de interesses entre os governos provinciais e os produtores rurais.

Também em 2009, foi criado o *Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca*. O novo ministério foi encarregado da elaboração e implementação de uma política setorial, que deveria contar com a participação dos atores interessados. Essa iniciativa de fortalecimento institucional e de retomada da interlocução entre o Estado e o empresariado rural contribuiu para o esvaziamento da *Mesa de Enlace*. Em 2011, o governo apresentou o *Plan Estratégico Agroalimentario y Agroindustrial Participativo y Federal (2010-2020)* (PEA), elaborado em colaboração com burocracias provinciais e com diferentes atores sociais (Lattuada & Nogueira, 2012).

Cumprе salientar que, não obstante a retomada do papel do Estado na promoção da política setorial para a produção agropecuária, o processo foi marcado por aproximações, mas também por tensões: o plano não dispõe de um detalhamento sobre como a implementação das políticas definidas e, ademais, despertou diferentes manifestações por parte das entidades integrantes da *Mesa de Enlace*: a FAA colaborou com o governo na elaboração da PEA, participando de reuniões técnicas, mas se absteve de apoiá-lo politicamente. A CONINAGRO também colaborou para o desenho geral da política setorial, ainda que publicamente tenha mantido a oposição frente ao governo. A SRA, por sua vez, se opôs à iniciativa do governo, rechaçando a coordenação da política setorial pelo Estado. Considerou, ademais, que a PEA tinha como único objetivo cooptar determinados setores e esvaziar a *Mesa de Enlace*. Mesmo assim, alguns de seus membros participaram, na qualidade de especialistas, de reuniões ocorridas no âmbito do *Consejo Provincial del Sistema Productivo*. A CRA se somou à SRA no rechaço à política setorial proposta pelo governo, embora também tenha participado de reuniões técnicas no nível provincial (Mediavilla, 2013).

O conflito em torno das retenções móveis ensejou ajustes na estratégia do governo Fernández Kirchner, com a introdução de medidas voltadas para a retomada do papel do Estado na articulação de políticas setoriais. Cumprе destacar que a aproximação com o empresariado rural encontrou barreiras não somente em razão do contexto prévio de conflito, mas, principalmente, em razão de divergências fundamentais entre os interesses de alguns destes atores – destacadamente a SRA e CRA – e o Novo Desenvolvimentismo. De fato, estes atores defendiam a *retração* do papel do Estado na esfera produtiva, o que favorecia a posição dos produtores orientados para o abastecimento de mercados externos. Nesse sentido, tanto a cobrança de tributos sobre as exportações como a retomada do papel do Estado no planejamento setorial eram considerados negativos por essas entidades. Em contraposição, a requalificação das capacidades estatais no que tange à política agroalimentar e agroindustrial encontrou receptividade entre produtores menores, reunidos principalmente na FAA, os quais rechaçavam a etapa neoliberal e defendiam a retomada dos incentivos estatais à produção agropecuária, incluindo aí a participação dos pequenos e médios produtores. Em síntese, a retomada do papel do Estado no planejamento setorial despertou as divergências entre as entidades patronais do campo,

dificultando sua ação coletiva e a formação de uma coalizão opositora que definisse uma agenda comum.

CONCLUSÕES

Neste artigo, buscamos compreender a articulação de uma coalizão de oposição à retomada da capacidade da tributação na Argentina, no contexto da adoção de uma estratégia neodesenvolvimentista. Esta coalizão foi liderada pelas principais entidades representativas do empresariado rural, que resistiram à imposição dos custos do aumento da tributação por meio da cobrança das retenções às exportações de *commodities*, em particular do mecanismo conhecido como retenções móveis.

Argumentamos que diversos fatores permitiu a emergência de uma coalizão de oposição à cobrança das retenções móveis. Um conjunto de modificações observado ao longo da trajetória histórica no plano da definição dos interesses – transformações na estrutura fundiária, que permitiram aproximação entre os interesses do empresariado rural – e do relacionamento Estado/empresariado rural no marco da política setorial – a substituição da coordenação pelo Estado, mesmo durante o longo período de instabilidade institucional, pela retração da capacidade de planejamento estatal das políticas setoriais, no período neoliberal – ajuda a explicar as razões por trás do conflito entre o empresariado rural e o governo Fernández de Kirchner, expresso no rechaço ao modelo neodesenvolvimentista adotado (por parte da SRA e CRA) e nas críticas à ausência de esforços para reconstrução das capacidades estatais na definição de uma política agropecuária capaz de reverter o legado negativo deixado pelo período predecessor (dirigidas pela FAA e, em menor medida, CONINAGRO).

O processo de ampliação da capacidade tributária do Estado argentino foi recebido pelos produtores rurais como uma iniciativa confiscatória, sem qualquer contrapartida para o setor agropecuário. As retenções, vistas pelo empresariado rural pelo prisma da política setorial, foram interpretadas pelos governadores provinciais pelo ângulo do federalismo fiscal. A maior importância das retenções na arrecadação total se inseria no rol de iniciativas promovidas pelo governo nacional para centralizar o federalismo fiscal, tornando as províncias dependentes das suas transferências discricionárias. As manifestações organizadas pela *Mesa de Enlace* implicaram, para os

governadores, em uma oportunidade para expressão dos seus interesses federativos, seja através do reclamo pelo fim da cobrança das retenções móveis, seja pela demanda para sua inclusão no esquema de compartilhamento de impostos.

Diante da crise política e da permanência do locaute, o governo cedeu. Em uma das poucas ocasiões desde que a *Frente para la Victoria* havia chegado ao poder, o processo de centralização das decisões se reverteu: a despeito das regras institucionais que concediam autonomia ao Poder Executivo na definição dos direitos de exportação, o governo buscou a ratificação parlamentar da Resolução 125. Esse movimento, porém, revelou a fragilidade da coalizão parlamentar *kirchnerista*, construída a partir da concessão de benefícios seletivos aos deputados e senadores que lhe concedessem apoio. No auge da crise, membros da base governista – incluindo aí o vice-presidente Julio Cobos – posicionaram-se contra o governo.

Com o fracasso no Senado e a derrubada das retenções móveis – consequência do poder de veto exercido pelo empresariado rural –, o governo Fernández de Kirchner modificou sua estratégia, passando a implementar mudanças institucionais que iam ao encontro dos interesses de alguns dos setores do empresariado rural que, de fato, não guardavam diferenças fundamentais em relação à estratégia neodesenvolvimentista levada a cabo pelo governo. Ademais, adotou uma estratégia que permitiu o esvaziamento do relacionamento entre os governadores provinciais e o empresariado rural. Não foi capaz, porém, de articular um consenso em torno da política agrícola, retomando o papel do Estado na coordenação dos diferentes interesses dos produtores rurais.

Data de emissão: 22 de Novembro de 2014

Data de aprovação: 06 de Abril de 2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTINA. Presidencia de la Nación. *Esquema de retenciones móviles para productos primarios y sus derivados*. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<http://bucket.clanacion.com.ar/common/anexos/Informes/85/37085.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2012.

BARSKY, Osvaldo; DÁVILA, Mabel. *La Rebelión del Campo. Historia del conflicto agrario argentino*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2008.

BALESTRO, Moisés. “Instituições do Estado desenvolvimentista na América Latina no contexto pós-neoliberal: os casos do Brasil e Argentina em perspectiva comparada”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, vol.6, n.2, 2012.

BISANG, Roberto. “El desarrollo agropecuario en las últimas décadas: ¿volver a creer?” In: KOSACOFF, B. (ed). *Crisis, recuperación y nuevo dilemas. La economía argentina 2002-2007*. Buenos Aires: CEPAL, 2008, p.187-260.

BONVECCHI, Alejandro; SCHIJMAN, Augstina. “Unilateralidad Presidencial y Fragilidad Coalicional: Las Decisiones Económicas del Congreso durante el Gobierno de Kirchner”. In: VIII CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2007, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: Sociedad Argentina de Análisis Político, 2007.

BOSCHI, Renato. *Desenvolvimento, pactos políticos e re-industrialização: desafios para o Brasil*. Apresentado no 9º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.../Painel%204%20-%20Renato%20Boschi.pdf>>. Acesso em: 02 out.2014.

BOSCHI, Renato. Estado “Desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres”. *Ponto de Vista*, Rio de Janeiro, n.02, fev.2010.

BOSCHI, Renato. “Instituições, trajetórias e desenvolvimento: uma discussão a partir da América Latina”. In: _____ (org.) *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento da América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. “Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina”. *Caderno CRH*, Salvador, v.21, p. 305-322, 2008.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. “Capacidades estatais e a dimensão político-institucional: um modelo analítico para focalizar as trajetórias recentes de Brasil e Argentina”. In BOSCHI, Renato; BUSTELO, Santiago. *Brasil e Argentina: políticas e trajetórias de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Novo desenvolvimentismo: uma proposta para a economia do Brasil”. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, especial em português, 2010, p.58-72.

BRISOLA, Marlon; BALESTRO, Moisés. “Capacidade estatal, coesão empresarial e coordenação Estado-indústria: dimensões analíticas comparadas em um período de desenvolvimento econômico no Brasil e na Argentina”. In BOSCHI, Renato; BUSTELO, Santiago. *Brasil e Argentina: políticas e trajetórias de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés; MALAGUTI, Mirelli. “A Argentina e o Novo Desenvolvimentismo”. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2007, Recife. *Anais...* Recife: ANPEC, 2007.

DOMINGUES, José Maurício. “Imaginário e poder na Argentina kirchnerista”. *Insight Inteligência*, v.56, p. 87-95, 2012.

DINIZ, Eli. “Desenvolvimento e Estado Desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.21, n.47, p.09-20, set.2013.

EVANS, Peter. *Construção do Estado desenvolvimentista do século XXI: possibilidades e armadilhas*. 2012 Berkeley 2012. Disponível em: <<http://sociology.berkeley.edu/sites/default/files/faculty/evans/EVANS%20Estado%20de%20Desenvolvimento%20no%20Seculo%2021%20Portuguese%20%20Hucitec%202012.pdf>> Acesso em: 05 maio 2015.

FAIR, Hernán. “El conflicto entre el gobierno y el campo en argentina. lineamientos políticos, estrategias discursivas y discusiones teóricas a partir de un abordaje multidisciplinar”. *Iberoforum*, v.03, n.06, p. 82-106, 2008.

FÉLIZ, Mariano. “El nuevo desarrollismo como superación dialéctica del neoliberalismo en Argentina”. In: RAMÍREZ, Luiz Enrique (coord.). *Relaciones Laborales*. Una visión unificadora. Buenos Aires: Euros Editores, 2010, p.09-25.

GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. “‘Son los piquetes de la abundancia’. Actores y Estado en el conflicto agrario en Argentina”. In: XXIX CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2009, Rio de Janeiro. *Proceedings...* Rio de Janeiro: Latin American Studies Association, 2009.

GROTTOLA, Leonardo. “Neo-desarrollismo y rol del Estado (Argentina 2003-2010)”. In: V CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 2010, *Anales...* Buenos Aires: ALACIP, 2010.

HORA, Roy. “La crisis del campo del otoño de 2008”. *Desarrollo Económico*, v.50, n.197, p. 81-111, 2010.

JONES, Mark; SAIEGH, Sebastian; SPILLER, Pablo; TOMMASI, Mariano. “Amateur legislators – professional politicians: the consequences of party-centered electoral rules in a federal system”. *American Journal of Political Science*, v.46, n.03, p.656-669, Jul.2002.

LATTUADA, Mario; NOGUEIRA, María Elena. “Capacidades estatales y políticas públicas. Una propuesta para el abordaje de las políticas agropecuarias en la Argentina contemporánea (1991-2011)”. *Estudios Rurales*, v.01, n 01, p.30-54, 2011.

LÓDOLA, Agustín. *Contratistas, cambios tecnológicos y organizaciones en el agro argentino*. Santiago de Chile: CEPAL, 2008, 47p. (Documento de proyecto).

MEDIAVILLA, María Eugenia. “Alianzas público-privadas: repercusiones y toma de posición de la Mesa de Enlace frente al Plan Estratégico Agroalimentario y Agroindustrial, 2010-2020”. *Revista SAAP*, v.07, n.01, p.97-130 2013.

PALERMO, Vicente. “De Néstor Kirchner a Cristina Fernández de Kirchner. La política de la contraposición”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n.09, p.01-15, set. 2010. Disponível em:

<http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/78_analises_AC_n_9_set_2010.pdf>.

Acesso em 11 out.2010.

RAPOPORT, Mario. “Un pasado de retenciones”. *Página/12*, Buenos Aires, 18 maio 2008.

RECA, Lucio; PARELLADA, Gabriel. “La agricultura argentina a comienzos del milenio: logros y desafíos”. *Desarrollo Económico*, v.40, n.160, p.707-737, 2001.

SCHORR, Martín. “Industria y neodesarrollismo en la posconvertibilidad”. *Voces en el Fénix*, 2012.

SCHVARZER, Jorge. “Nuevas perspectivas sobre el origen del desarrollo industrial argentino (1880-1930)”. *Anuario IEHS*, n.13, p.77-97, 1998.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. “Por que Novo Desenvolvimentismo?” *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.27, n.04, oct./dez. 2007, p.507-524.

SILVA, Roberta R.M.” A trajetória institucional da tributação no Brasil e na Argentina”. In BOSCHI, Renato; BUSTELO, Santiago. *Brasil e Argentina: políticas e trajetórias de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

SOUZA, Celina. “Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença”. *Texto para Discussão IPEA*, Rio de Janeiro, n.2035, 2015.

Textos de jornais;

CAMBIAN LAS retenciones para evitar subas en alimentos y recaudar más. *Clarín*, Buenos Aires, 12 mar. 2008.

COBOS: “EL Gobierno no tiene que buscar votos, sino consensos”. *Clarín*, Buenos Aires, 27 jun. 2008.

COMIENZA LA ronda de diálogo entre los ruralistas y algunos gobernadores. *La Nación*, Buenos Aires, 12 maio 2008.

CRISTINA ANUNCIÓ el envío de las retenciones móviles al Congreso. *Clarín*, Buenos Aires, 18 jun. 2008.

CRONOLOGÍA: LA protesta agraria en nuestra historia. *La Nación*, Buenos Aires, 02 out. 2008.

EL KIRCHNERISMO logró los votos que necesitaba y aprobó las retenciones en Diputados. *Clarín*, Buenos Aires, 05 jul.2002.

LAS PROVINCIAS productoras pedirán que las retenciones sean coparticipables. *Página/12*, Buenos Aires, 05 mar.2008.

NEGOCIAN CON el campo menores retenciones a productores chicos. *Clarín*, 30 jun. 2008.

QUÉ CAMBIÓ el Gobierno sobre el proyecto original. *Clarín*, Buenos Aires, 22 jun. 2008.

SE COMPLICA el voto del oficialismo en el Senado por las retenciones. *Clarín*, Buenos Aires, 10 jul. 2008.

“SON PIQUETES de la abundancia”. *Clarín*, Buenos Aires, 26 mar. 2008.